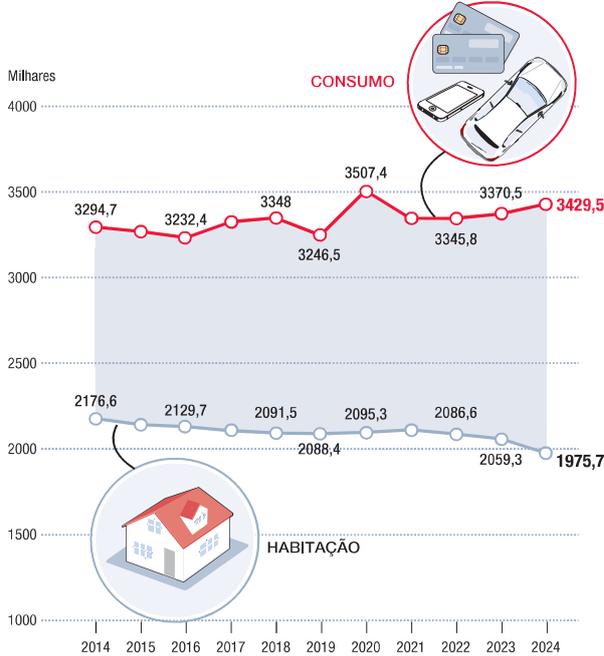


Crédito às famílias

Número de devedores
Dados a 31 de janeiro, em milhares



Fonte: BdP, INE, CÁLCULOS JN | INFOGRAFIA JN

Por subregiões

(número de devedores, em percentagem da população residente)

	Consumo Portugal	Habitação Portugal
Península de Setúbal	46,9	27,5
Algarve	45,1	21,4
Grande Lisboa	44,5	24,2
Açores	43,9	24,6
Alentejo Central	40,8	23,1
Lezíria do Tejo	39,2	21,4
Região de Aveiro	38,1	20,1
Madeira	38,1	19,2
Alto Alentejo	37,4	22,4
Baixo Alentejo	37,3	23,4
A. M. do Porto	37,1	21,5
Alentejo Litoral	37	18,4
Beira Baixa	36,7	24,8
Oeste	36,2	19,8
Região de Leiria	35,2	20,9
Região de Coimbra	35,1	20,8
Ave	33,4	21,3
Cávado	32,4	21,4
Médio Tejo	31,9	19,6
Tâmega e Sousa	30,5	21,2
Viseu Dão Lafões	30,1	19,1
Alto Minho	30	17,9
Beiras e Serra da Estrela	29,1	18,3
Douro	28,3	19,7
Trás-os-Montes	28,2	18,6
Alto Tâmega e Barroso	24,4	15,3

Mais de um terço da população tem crédito ao consumo

Em Setúbal, Algarve e Lisboa, metade dos adultos têm um empréstimo. Famílias estão a contrair dívida para compensar aperto no orçamento mensal

Delfim Machado
delfim.machado@jn.pt

EMPRÉSTIMOS Um em cada três residentes em Portugal tem um crédito ao consumo. O número de devedores é de 3,4 milhões e está a aumentar, tendo atingido em janeiro o valor mais alto desde o período pré-pandemia. A situação é mais grave nas regiões de Setúbal, Lisboa e Algarve, onde quase metade dos adultos se endividaram para comprar

bens. Desde janeiro de 2020 que não havia tantos devedores de crédito ao consumo em Portugal. Estes empréstimos já abrangem 37,6% da população adulta residente, três milhões e 430 mil pessoas, revelam os dados do Banco de Portugal (BdP), referentes a janeiro.

Entre as 26 sub-regiões do país, os cenários são distintos. Na Península de Setúbal, na Grande Lisboa, no Algarve e nos Açores, o número de devedores corres-

ponde a quase metade dos adultos. Em sentido inverso, no Alto Tâmega e Barroso, a proporção de endividados é inferior a 25%.

Nuno Rico, economista da Deco Proteste, afirma que a facilidade de acesso é a primeira causa para o aumento: “Com uma meia dúzia de cliques, na aplicação do banco tenho o crédito aprovado e o dinheiro na conta em 24 horas. Esse é um problema para o qual temos vindo a alertar. Temos contactos de famílias em aperto”.

PARA COMPENSAR ORÇAMENTO

O outro problema é que as famílias estão a pedir dinheiro emprestado “como forma de compensar o aperto orçamental”, acrescenta. Como as dificuldades resultam “da inflação e do aumento da prestação do crédito à habitação”, isso pode explicar porque é que Setúbal, Lisboa e Algarve são os que mais recorrem aos empréstimos ao consumo: “Porque são também os que viram aumentar mais a despesa mensal do crédito à habitação. Há uma diferença entre o Sul e o Norte no custo de vida e na habitação. As casas são mais caras no Sul”.

Um crédito ao consumo envolve, por regra, montantes inferiores aos da habitação. No entanto, os prazos de pagamento também são mais curtos e as taxas de juro são praticamente o dobro. “É algo que

rapidamente pesa no orçamento familiar, com prestações muito próximas aos do crédito à habitação”, diz Nuno Rico.

Tiago Vilaça, da Associação Nacional de Intermediários de Crédito Autorizados, estranha o aumento num contexto de redução do consumo e também aventa a hipótese de as pessoas se estarem a endividar para pagar as compras do supermercado, o que “é um problema”.

SETÚBAL INCUMPRE MAIS

O BdP contabilizou o número de devedores em incumprimento nos créditos ao consumo. Em Portugal, em média, 7,5% dos devedores entram em incumprimento, mas é na Península de Setúbal que se regista a maior taxa do país, 9,1%. Os Açores, com 5,9%, são a sub-região mais cumpridora.

O economista Pedro Brinca, da Nova SBE, constata que o aumento dos créditos ao consumo significa que “as pessoas acham que vão ganhar mais no futuro”, pois estão a consumir agora com dinheiro que só vão ter depois. Isto implica riscos para as famílias e para o país, em particular num cenário de desemprego, avisa: “Quando falamos de sobre-endividamento, se o desemprego dispara, isto corre muito mal e depressa”. Em 2023, a taxa de desemprego foi de 6,5% e subiu 0,4% em comparação com 2022. ●

DÍVIDAS



Dinheiro para gasto pessoal sobe 20%

Os novos dados do Banco de Portugal mostram que o crédito ao consumo cresceu mais na vertente “pessoal”, em janeiro deste ano, com um aumento de 20% face a janeiro do ano passado. Foram concedidos 300 milhões de euros. O crédito “automóvel” representou 237 milhões de euros, mantendo-se estável (mais 0,9%) e os “cartões e descoberto” envolveram créditos de 114 milhões de euros (mais 8,1%).

Empréstimos para comprar casa em mínimos de 15 anos

Subidas das taxas de juro e do preço das casas justificam travão no mercado. No Alto Tâmega há menos devedores

HABITAÇÃO O número de portugueses com um crédito à habitação é o mais baixo desde que há registos. Em janeiro passado, segundo o Banco de Portugal (BdP), havia menos de dois milhões de residentes a dever um empréstimo da casa. São menos 83 mil do que em janeiro de 2022.

Os economistas consultados pelo JN não têm dúvidas que a menor disponibilidade financeira das famílias no ano passado e a escalada das taxas de juro verificada até novembro demoveu quem queria comprar casa com recurso ao crédito. A inflação no setor também não incentivou a compra.

“O crédito à habitação está muito mais difícil e a disponibilidade para pagar diminuiu de forma brutal, sendo que normalmente há uma diminuição do recurso ao crédito em alturas de incerteza”, sublinha Pedro Brinca, da Nova SBE. Já Nuno Rico, da Deco Proteste, acrescenta que o aumento das taxas de juro “afetou de forma mais significativa” as famílias no ano passado. O BdP dispõe de registos

desde 2009 e o mês de janeiro de 2024 registou o número mais baixo de sempre de devedores.

Numa análise por regiões é possível perceber que a sub-região da Península de Setúbal é a que recorre mais ao crédito à habitação, com 27,5% da população residente endividada para pagar a casa. A Beira Baixa (24,8%) e os Açores (24,6%) vêm logo a seguir. No fundo da tabela, com menor recurso a este crédito, estão os residentes no Alto Tâmega e

Barroso (15,3%), Alto Minho (17,9%) e Beiras e Serra da Estrela (18,3%).

Há cada vez mais vezes europeias a sinalizar a necessidade de o Banco Central Europeu (BCE) aliviar a política monetária de juros altos no arranque do verão. O último a defendê-lo foi Pablo Hernandez de Cos, governador do Banco de Espanha.

TAXAS DESCEM EM JUNHO?

Nas últimas quatro reuniões mensais, o BCE manteve as taxas de juro diretores inalteradas. O organismo liderado por Christine Lagarde justifica que “as pressões internas sobre os preços permanecem altas, em parte devido ao forte crescimento dos salários”.

O BCE diz ainda que a política monetária “está a ajudar a reduzir a inflação” e não avança com datas para a descida, mas todos os analistas estão a prever que a redução comece em junho.

A redução da inflação para os 2% é o objetivo. Depois de vários meses a cair, a inflação subiu para 2,9% em dezembro e voltou a descer, em fevereiro, para 2,6%. ●

SABER MAIS

Consumo mais caro

A taxa de juro média dos novos créditos à habitação foi de 4,03%, em janeiro deste ano, ao passo que a taxa média do crédito ao consumo foi de 9,44%, no mesmo período.

Descida em fevereiro

O INE registou, em fevereiro, uma descida da taxa de juro média do stock de créditos à habitação, pela primeira vez em dois anos. Está em 4,64%.



Taxas de juro e preço das casas explicam descida

CONSELHOS

Numa altura em que cada vez mais portugueses recorrem ao crédito ao consumo, é importante analisar de forma cuidada se um empréstimo é a melhor opção e, sendo, por qual optar. Também pode aliviar o crédito que já tem.

Análise cuidada

A análise do mercado para encontrar a melhor oferta é quase obrigatória. Ao mesmo tempo, avalie os seus rendimentos e perceba se tem condições para pagar uma prestação mensal e por quantos anos. Segundo a Deco Proteste, o peso de todas as prestações de créditos não deve exceder os 35% do rendimento mensal.

TAEG e não TAN

Deve ter em conta a prestação a pagar, mas não só. A taxa de juro é outro fator a ter em conta e não é a taxa de juro nominal (TAN) que deve servir de referência, mas sim a TAEG, pois esta abrange todos os encargos com o crédito.

Recusar produtos

As instituições de crédito propõem habitualmente outros produtos associados, como seguros ou cartões, em troca de uma redução da taxa de juro. Deve fazer as contas e perceber se o custo com os produtos adicionais não anula ou excede a poupança que terá com a redução da taxa de juro. Se não tiverem custos, como a domicilição do ordenado ou a adesão ao home-banking, deve aproveitar.

Prazo curto

A subscrição de um crédito com um prazo mais longo pode ser tentadora pois baixa a prestação mensal. Porém, o custo total do empréstimo será maior, pois vai ficar mais tempo a pagá-lo e isso implica gastar mais em juros. Deve optar pelo prazo mais curto que conseguir, sem esquecer que a prestação deve ser suportável.

Separar custos

Os bancos podem cobrar pela análise e pela subscrição do crédito, sendo que alguns propõem juntar estes custos de comissões e seguros ao valor total do empréstimo. O ideal é que possa liquidar estes custos sem que eles façam parte do montante emprestado. Caso aceite juntá-los, vai pagar juros sobre estes valores também.

Pode renegociar

O recurso ao crédito pessoal para pagar outro empréstimo não é, por regra, a melhor opção. Se está com dificuldades, não se esqueça que pode sempre tentar renegociar junto da instituição de crédito.

Usar promoções

Há lojas que fazem campanhas de financiamento sem juros que podem ser uma alternativa mais barata do que um crédito ao consumo de um banco.

Anular em 14 dias

Qualquer crédito pessoal pode ser anulado nos primeiros 14 dias e não precisa de apresentar uma justificação. O banco não pode cobrar comissão de amortização mas o cliente tem de devolver, em 30 dias, o montante do empréstimo mais os juros do número de dias em que o crédito esteve ativo.

Amortizar

O reembolso antecipado do capital financiado pode ser feito em qualquer altura do crédito, mas é obrigatório informar a instituição financeira com um mês de antecedência. Nesse caso, pode ser cobrada uma comissão de amortização de 0,5% ou 0,25% do capital reembolsado.

ENTREVISTA

“Se é para alimentos, é um problema”

Tiago Vilaça

Presidente da Associação de Intermediários de Crédito



Como se explica o aumento do crédito ao consumo?

É estranho que tenha aumentado, se o consumo baixou. Compraram-se menos carros e outros bens, como roupa. Temos de perceber o que se passa e ver se é crédito consolidado ou se é para compensar o orçamento familiar. Se as pessoas se estão a endividar para fazer as compras do supermercado, é um problema.

Que bens se compram mais a crédito?

O automóvel e a casa. Depois, temos as necessidades de tecnologia e eletrodomésticos, que estão mais relacionados com a grande distribuição. Os cartões de crédito também têm uma fatia significativa, mais uma vez relacionados com a distribuição e o consumo de bens tecnológicos.

Para viagens, saúde e educação é mais residual?

É por esta ordem: saúde, educação e viagens. Nas viagens há uma ideia errada. As pessoas não se endividam muito por causa das viagens, é uma percentagem reduzida. Na saúde, os tratamentos dentários têm uma componente forte. A educação tem menos peso.

Como está a evoluir o crédito consolidado?

Tem vindo a crescer porque as famílias não conseguem acompanhar o aumento da despesa, do supermercado, combustíveis e principalmente a taxa de juro da prestação da casa. Organizaram-se no consolidado para arrumar o valor da dívida. ●